



DESAFIOS ANALÍTICOS CONTEMPORÂNEOS: PÓS-DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADES

EDITORIAL

Flávia Charão-Marques

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço eletrônico: flavia.marques@ufrgs.br

Alberto Arce

Wageningen University, Holanda.
Endereço eletrônico: alberto.arce@wur.nl

Gustavo Blanco-Wells

Universidad Austral de Chile, Chile.
Endereço eletrônico: gblanco@uach.cl

Lorena Cândido Fleury

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço eletrônico: lorenafleury@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A coletânea de artigos que compõem esta seção especial decorre da realização de um *workshop*¹, ocorrido nos dias 16 e 17 de outubro de 2018, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O evento abrigou um intercâmbio de ideias que contribuem para a inclusão de saberes e experiências no

contexto dos estudos do desenvolvimento. Partindo-se de questionamentos sobre o pós-desenvolvimento e os limites da crítica à modernidade, e privilegiando as “entidades” envolvidas em seus processos (sementes, micróbios, minerais, água, árvores, artefatos, dentre outras), entendimentos inovadores para problemas

¹¹ O evento foi uma promoção dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Sociologia (PPGS) da UFRGS. A concepção e realização do evento contou com o apoio dos doutorandos do PGDR: Judit Herrera, Jaqueline

Dias, Luna Carvalho e Lucas Amorim; tendo suporte técnico da Rede Multivídeos SEAD-UFRGS. Vídeos disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wkw5LRdZXHU&t=1202s>

contemporâneos foram apresentados ao redor dos seguintes eixos: mudanças climáticas e energia; vitalização da alimentação; a vida social dos territórios; trajetórias da biopolítica às políticas da vida². A proposta nasce da inquietação de revigorar perspectivas e compreensões do que é o social nas análises de processos vividos pelos territórios na América Latina, tomadas as realidades contemporâneas como complexas, de natureza pluriversal e de composição heterogênea. Um dos desafios que está colocado é o de como ir além de lógicas do tipo causa e efeito, amparadas em categorias analíticas dicotômicas – como escalas micro e macro; níveis global e local; espaços rural e urbano; sujeitos e objetos; natureza e sociedade, humanos e não humanos. Esse esforço coletivo se volta às múltiplas realidades produzidas em diferentes espaços sociais, atravessados por práticas discursivas, disposições afetivas, elementos ontológicos, múltiplos agenciamentos e materialidades contingentes.

Cabe mencionar que a tarefa a que nos propusemos tem seus “problemas”, já que se torna necessário confrontar

diferentes ontologias e posições que explicam *sociedade, natureza, cultura* e também o *desenvolvimento*. Ou seja, não é banal a tentativa de superar a lógica operativa das divisões, dos compartimentos *modernos* e *puros* que continuamente fragmentam a orientação e a comunicação acadêmica em partes sistemáticas, e que geralmente não interagem entre si devido ao medo da contaminação cruzada da ciência e seus debates. Assim, audaciosa e, ao mesmo tempo, modestamente, seguimos o “plano” de colocar em risco visões disciplinares, nas quais o custo-benefício é uma das razões para segmentar problemas, entendidos como a “realidade” socioambiental dos estudos de desenvolvimento. Mas o que poderia acontecer ao convocarmos uma reunião para colocar juntos colegas que trabalham em mudanças territoriais, conhecimento científico e controvérsias da mudança social a partir de diferentes ontologias e disciplinas? O resultado é uma tentativa de relacionar “coisas” que, antes, eram vistas como pertencentes a mundos diferentes. Acreditamos que este trabalho foi realizado, gerando novos estímulos científicos.

² Aos editores e autores que figuram nesta seção, outros colaboradores emprestaram sua experiência, apresentando suas pesquisas e compartilhando suas reflexões. Os agradecimentos são para: Guilherme Radomsky (PPGS, UFRGS); Fabiana Thomé, Viviane Camejo e Alberto Bracagioli (PGDR, UFRGS), Daniela Oliveira (PG Desenvolvimento

Regional, UFRGS); e Patrícia Binkowski (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul); além das doutorandas Maite Hernando (Universidade de Wageningen, Holanda) e Ângela Camana, (PPGS, UFRGS).

2. MOBILIZANDO O DESENVOLVIMENTO, O PÚBLICO E A MODERNIDADE

Tendo por base uma perspectiva metodológica do ator social (ETZIONI, 1968; LONG e LONG, 1992; LONG, 2001) e sua preocupação com a agência, o conhecimento e as práticas em estudos do desenvolvimento, sugere-se que uma orientação ativa do ator não se delimita apenas pela objetivação do mundo ou pela visualização da regularidade e/ou preditibilidade das ordens sociais (ver resenha em Schatzki, 2002, p. 1-58), mas também contribui potencialmente para a aproximação e o escrutínio dos problemas do *público* (DEWEY, 1954(1927); MARRES, 2005). Tal posição instiga a explorar a cosmopolítica³ do desenvolvimento e do *pós-desenvolvimento* (FERGUSON, 1994; ESCOBAR, 1995), em especial, a partir de uma aproximação ao *contra-desenvolvimento* (ARCE e LONG, 2000).

O *contra-desenvolvimento* se orienta pela cosmopolítica, a ação política da simetria, que reconhece e revaloriza as diversas práticas técnicas, impedindo a

desqualificação de outras existências e fazendo visível outros protagonistas, como os “atores da não modernidade”. Isso abre uma janela científica para a exploração de outras formas de existir, para questionar todos os intentos de representação política e para rechaçar a entrega de soluções instantâneas, baseadas na universalização da modernização. Segundo Stengers, especialistas do desenvolvimento continuarão a representar a modernidade, mas perdem a autoridade ao desqualificar outras formas de existência e seu cosmos e podem ser obstaculizados pela criação de narrativas que desmitifiquem a entrega de respostas homogêneas. O político, ou o que se denomina como cosmopolítica, gera um *contra-desenvolvimento* cauteloso, desacelerado e favorável à exploração de outras práticas técnicas e outros modos de desenvolvimento – outras práticas e técnicas a partir das quais até os modernos podem aprender (ver Stengers, 2011, p. 351-362).

³ Cosmopolítica, nos termos de Isabelle Stengers, é um conceito especulativo que se refere à coexistência de práticas e técnicas que possuem características ou qualidades diferentes, correspondendo às diferentes formas de intercâmbio que ocorrem no processo de aprendizagem. Também está relacionada a como as diferentes “lógicas” de condicionamentos estabelecem relacionamentos/conexões – redes curtas e longas. Em outras palavras, Stengers propõe que a

cosmopolítica é a prática da coexistência problemática, e não o reencantamento do mundo. Isso questiona todos os “imperativos normativos” (2011, p. 351-373) que não reconhecem a diversidade de práticas técnicas, e dirige a cosmopolítica a intercambiar diferentes modos de “capturas” do mundo – em nossos termos, existenciais.

Este movimento reflexivo e crítico da modernização e do desenvolvimento (o qual convidamos o leitor a acompanhar) questiona a forma institucionalizada do avanço da governamentalidade capitalista contemporânea. Todavia, compreendendo alguns limites e exclusões que esse questionamento impõe, estamos buscando ir além da análise puramente discursiva e/ou da desconstrução discursiva do desenvolvimento, considerando que, talvez, não sejam suficientes para informar processos de transformação territorial. Sendo assim, considerar propriedades emergentes dessas realidades altamente fluidas e imprevisíveis é desafiar intelectual, empírica e praticamente tensões, interações e conflitos entre atores, capital, poder, cultura, recursos naturais,

conhecimentos, tecnologias, dispositivos e discursos. A expectativa, então, é de que, descrevendo e analisando tais fenômenos, surjam novos caminhos para conceitualizar as potenciais reconfigurações das realidades em estudo.

O conjunto de textos ora publicados é uma amostra dos casos apresentados e dos temas desenvolvidos organizado com o intuito de renovar agendas de pesquisa, reconhecendo o caráter intersubjetivo das interações objetivas entre humanos e não humanos e de como aprendemos a conhecer mundos. Isso significa adotar uma posição crítica diante das visões de modernização e desenvolvimento propiciadas pela exclusiva racionalidade do crescimento econômico e da exploração dos recursos naturais que constituem um território.

3. DOS CETICISMOS MODERNOS E DO POTENCIAL ONTOLÓGICO

No final do século XX, a condição epistemológica da modernidade paulatinamente se transforma em uma nova ontologia, nascente da coexistência com o *risco*. Em geral, essa nova *ontologia do*

ceticismo público se conforma quando o risco, como fator distintivo do desenvolvimento e do progresso tecnológico, transforma-se em uma fonte de preocupação constante⁴. A crise ecológica

⁴ É importante resgatar a proposta do livro “Jamais fomos Modernos”, no qual Bruno Latour (1997) continua seu projeto de desconstruir as fronteiras que dividem a interação entre humanos, coisas, objetos e entidades não humanas. O autor argumenta que, quanto mais a modernidade tratou de separar natureza de sociedade, o que mais produziu foi justamente o oposto, uma profusão de híbridos de natureza e cultura. A existência dessas entidades desmistificaria a pureza das categorias científicas,

fazendo o mito da modernidade balançar, levando-nos a questionar a ideia de progresso. Por outro lado, Ramos (2012, p. 482) observa que a posição de Latour o leva a construir argumentos exagerados contra a modernidade, ajudando a criar mitos sobre o “não moderno”. De certa forma, os estudos do pós-desenvolvimento justamente se fortalecem com esse mito, mantendo a natureza como um recurso de exploração e submissão.

se entrelaça com a constatação de que os estados nacionais não podem controlar seus efeitos, o que implica coexistir com esses riscos manufaturados pelas instituições, com o suporte dos “peritos”, cientistas e o constante progresso da inovação tecnológica. É aqui que a sociologia de Ulrich Beck (1986) e a de Anthony Giddens (1991) indiscutivelmente contribuem ao relativizar a capacidade explicativa da teoria de que são as classes sociais que determinam desigualdades e pobreza nas sociedades contemporâneas (Beck, 1986).

Curran (2018) propõe que Beck, com sua perspectiva da modernização reflexiva, dissolve os elementos característicos da sociedade industrial, o que faz baseando-se na evidência da produção e distribuição do risco. Isso sugere que é a desigualdade do risco o que passa a mobilizar a sociedade moderna pós-industrial, cujo efeito fundamental é a dissolução de cultura, de classes, de consciência e dos papéis de gênero e família (BECK, 1986). Beck ainda enfatiza que as

instituições da modernidade – ciência, negócios e política – não são capazes de garantir cursos racionais e distribuir segurança aos cidadãos, o que significa dizer que um elemento fundamental da sociedade de risco⁵ é o déficit de confiança pública nos especialistas e nas autoridades reguladoras, produzindo a deterioração do *público* e o surgimento de “outras” ontologias. É o caso, por exemplo, do ceticismo dos atores locais com relação ao conhecimento dos especialistas, às suas instituições e aos seus projetos de desenvolvimento, bem como a variadas formas de políticas públicas.

Muitos dos elementos sociológicos identificados na epistemologia da modernidade encontram-se na ontologia Orientada ao Ator (ARCE, 2001), que, nos últimos 40 anos, vem registrando a expansão da modernização nas sociedades na América Latina. É na epistemologia do desenvolvimento da modernização, e por meio da intervenção de políticas públicas dos estados nacionais (ARCE, BLANCO e

⁵ Corroboram com a ideia de uma de “sociedade de risco” os trágicos e emblemáticos desastres provocados pela mineração descontrolada no Brasil (*i.e.*, desastres de rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/2015 e o rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/2019). Nesses desastres, evidencia-se a insuficiência da expertise como forma de garantir segurança à população. Contudo, ressalta-se que as pessoas mais direta e tragicamente atingidas nesses desastres são pessoas negras, comunidades rurais e indígenas (BARBOSA, 2019), o que mostra que, ainda que não seja a classe o elemento

preponderante, tampouco é possível considerar que o risco é homoganeamente distribuído na população. Ao contrário, nesses desastres, evidenciam-se processos de racismo ambiental, isto é, injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis (PACHECO, 2008). O custo desse desenvolvimento abre portas para uma sociologia do contra-desenvolvimento, tão atenta aos efeitos socioambientais negativos quanto às possibilidades de revitalizar territórios e salvaguardar a vida.

HURTADO, 2008), que essa perspectiva encontra o estabelecimento de múltiplas modernidades, por exemplo, do neoliberalismo. Tal multiplicidade se percebe a partir dos atores que, situados localmente, fazem uso de sua experiência, conhecimento local, práticas e fontes de informação para gerar eventos de *interface de conhecimento*, que levam a identificar formas únicas de implementação de projetos e políticas, nas quais novos desenvolvimentos estão fora do controle de especialistas e de princípios puramente técnicos (ARCE, 2003b).

Nesse sentido, os atores locais também são os protagonistas da expansão da epistemologia do desenvolvimento, muitas vezes, justificada pela própria importância de gerar emprego e renda nas localidades⁶. Tais processos são também responsáveis pelo estabelecimento da multiplicidade das modernidades, em parte, pela diluição de fronteiras entre o conhecimento especializado e uma variedade de conhecimentos locais (ARCE e LONG, 2007). A noção de interfaces de conhecimento tenta acomodar a multiplicidade de interações do conhecimento, das formas de relacionamentos, das intervenções político-

técnicas e, mesmo, dos conflitos gerados pelo desenvolvimento (ARCE e LONG, 1992; 1993). Em outras palavras, este desenvolvimento conduzido pela gramática da modernidade provoca, nas realidades situadas e nos espaços emergentes do cotidiano de encontro de diferentes mundos de vida, a coexistência de diferentes entendimentos e interpretações das experiências dos atores (ARCE, 2003a). Dessa maneira, na “ontologia do ator social”, os processos globais são mediados, adaptados, administrados, negociados, rechaçados ou diluídos pela experiência de vida e pelas práticas dos atores (ARCE, 1997; ARCE, 2009; BLANCO, ARCE e FISHER, 2015).

Nessa ontologia da orientação da ação, mantém-se a epistemologia da tecnologia, da inovação científica, da eficiência tecnológica, da intervenção de políticas públicas e da implementação de projetos de desenvolvimento tecnocraticamente desenhados. A modernidade, agora múltipla, segue cultivando a ideia de *progresso*, de modo a expandir possibilidades tecnológicas e a *economia*, porém, às expensas da confiança institucional e dos valores que constituem o *público* (ARCE, 2010) – e, ademais,

⁶ Vide o exemplo atual de Minaçu, no estado de Goiás, onde a população reclama a volta das operações da empresa mineradora que explora o amianto. A substância é reconhecidamente tóxica e tem o uso muito restringido e condenado pela

Organização Mundial da Saúde. Assim mesmo, em maio de 2019, estabeleceu-se uma comissão no Senado Federal brasileiro para estudar a reabertura da mina.

erosionando a participação. Outro dos efeitos desses processos é a invisibilização de certos grupos sociais nos territórios, como reivindicam alguns estudos do *pós-desenvolvimento*, a partir da problematização da natureza, do poder e da resistência de povos originários em contextos pós-coloniais. Em um declarado esforço para retirar o *indígena* do essencialismo de um *passado* ontológico e antropológico tradicional e exótico, os estudos passam a incorporá-lo como novo protagonista da nascente ontologia da pluralidade (UMANS e ARCE, 2014).

Em anos recentes, desde 2008, a chamada “virada ontológica” nas ciências sociais tem proposto que é o conceito de cultura, com sua carga metafísica ocidental e civilizacional, que impediu a descrição e a análise das respostas dos povos originários aos processos históricos e contemporâneos de colonização, levando a uma representação deles ora como vítimas passivas, ora como heróis da resistência aos “impérios colonizadores”. Em outras palavras, as respostas nativas aos processos de colonização podem ser diferentes e adotar várias formas, mas a natureza da resposta (passiva ou ativa) aos processos imperiais de dominação colonial é universal. Essa perspectiva, principalmente sustentada por intelectuais da escola da descolonização, é questionada pelo giro ontológico, que propõe uma abertura

metodológica radical às diferentes existências culturais, epistemológicas, naturais e ontológicas dos atores em seus mundos. O desafio conceitual é, então, como dar sentido às diferenças culturais e sociais a partir da perspectiva de mundo-realidade dos atores situados na cotidianidade de suas existências. Nesse contexto, os pesquisadores devem evitar veementemente as categorias binárias, de modo a identificar, descrever e analisar as multiplicidades de mundos e realidades.

Metodologicamente, torna-se necessário focar na possibilidade de que há uma ampla gama do que se entende por conteúdo e morfologia do cultural e do social e que, além disso, não há unidade do natural e do ecológico ou do material (HENARE, HOLBRAAD e WASTELL, 2007; VIVEIROS DE CASTRO, 2004; 2012). Isso significa que, a partir da territorialização dos direitos e resistências, para os povos indígenas, não há humanidade comum e universal. Esse ponto de vista sobre humanidade, direitos e resistência implica a existência material de

muitos mundos com uma variedade de naturezas⁷

Aqui, o trabalho de Mario Blaser (2010), ao narrar as transformações da modernidade entre os Yshiro da região do Chaco no Paraguai e suas lutas para territorializar diferentes expressões da globalidade, é apropriado para ilustrar a orientação dos projetos de desenvolvimento na intersecção entre a ontologia e o indígena⁸. O autor proporciona a oportunidade de um debate sobre a possibilidade de os grupos indígenas buscarem a autonomia dentro do Estado-nação ou a autodeterminação além do Estado em seu projeto de modernização. Ou seja, abre-se a possibilidade de descrever as conexões de grupos humanos com a *natureza*, como uma *realidade* diferente da modernidade e do moderno, pelo estabelecimento dessa relação entre indígena e ontologia (CAMERON, LEEUW e DESBIENS, 2014). No entanto, nós agregaríamos que tais experiências do cosmos Yshiro são parte do processo mesmo de desenvolvimento, organizado pela modernidade e pluralidade dos Yshiro.

⁷ Neste ponto, deve-se notar que a incorporação de povos indígenas, como atores para os quais a modernidade e o desenvolvimento devem prestar contas dos efeitos em suas vidas e existências territoriais, tende justamente a problematizar o que é *público* em regimes que são chamados democráticos.

⁸ Este indígena contemporâneo-global faz parte de redes multinacionais complexas, o que permite a geração de alianças políticas transnacionais, que dissolvem as fronteiras entre o que é entendido por

Nesse mesmo sentido, Blaser (2012) sustenta uma orientação em que o ontológico guia a “teoria etnográfica”, revigorando o compromisso do pesquisador com a “alteridade radical” dos indígenas. Isso ajuda a identificar as possibilidades de um entendimento crítico do que tem sido aceito como análise cultural dentro de marcos conceituais-metodológicos contemporâneos do pós-desenvolvimento. Essa posição reforça a noção de que ontologia não deve ser confundida com cultura, considerando que é na diversidade material das práticas que o mundo adquire sua multiplicidade de formas. É nesse ponto que Blaser finalmente mobiliza a noção de “ontologia política”, a orientação que se ativa no “fazer uma realidade” (*reality-making*); essa ação inclui o pesquisador, o qual se compromete e se envolve no modo como “os outros” fazem suas realidades.

Essas ideias têm implicações conceituais e empíricas para os estudos do pós-desenvolvimento, nos quais as noções de cultura e sociedade têm sido importantes para caracterizar o que é entendido como desenvolvimento, modernidade e processos

Estado, mercados e sociedade civil. A caracterização dos povos indígenas é colocada como um problema público de vastos setores da sociedade global, gerando novas arenas, reorganizadas pelos próprios povos indígenas, mas também pela influência de outros atores (burocratas dos Estados nacionais, ONGs, cooperação internacional, antropólogos e os fluxos de capital, buscando ganhos nos territórios, mas também a influência de redes sociais e de comunicação) (BLASER *et al.*, 2004).

de modernização. Com isso, uma das principais contribuições da orientação da pesquisa social pelas ontologias indígenas é o fato de que ela tem potencial para gerar tensões políticas entre cientistas sociais, burocratas institucionais e outros atores envolvidos na expansão de projetos de modernização estatal ou territorial. No entanto, permanece o desafio de como lidar com alteridades referenciais sem tender a certo essencialismo⁹ e incorporar uma maior atenção às práticas e às materialidades não apenas como parte de distintas “naturezas”, mas como agentes nas transformações territoriais.

Nesse ponto, é necessário mobilizar Tim Ingold. A justificativa de sua incorporação ao final desta seção é sua contribuição intelectual aos estudos sobre meio ambiente, a atenção que dispensa à importância dos materiais e sua visão relacional no que tange ao social e à vida. Em um artigo relativamente recente (INGOLD, 2017), mobilizando sua conexão pessoal com a arte e a arquitetura, afirma que a formação de uma orientação antropológica sempre esteve ligada ao encontro do pesquisador com a chamada “alteridade radical”, o que significa chegar aos lugares mais remotos para viver, afetar

e ser afetado. Essa experiência, disse Ingold, sempre foi a “menina dos olhos” na orientação antropológica. No entanto, para ele, finalmente tem sido importante o pesquisador encontrar seu caminho de “volta para casa” – *my way home*, ponto de vista que ele complementa de uma forma provocativa, em uma entrevista dada em Santiago do Chile (SIMONETTI e ESPÍRITO SANTO, 2016), quando reconhece seus descontentamentos com a ontologia. A crítica se refere à demasiada importância que a ontologia dá ao pensamento maduro, quer dizer, à forma do pensamento consolidado, que usam certos grupos sociais para entender o mundo. Para Ingold, os estudiosos da ontologia esquecem que as pessoas estão constantemente fazendo e aprendendo os modos de pensar, e nunca chegam a estabilizar suas práticas de conhecimento. Nesse sentido, ele passa a sugerir que, talvez, a orientação não deva ser a de adotar a virada ontológica, mas seguir uma virada ontogênica (SIMONDON, 1989), na qual o relevante é o estudo da *geração* de seres, e não a preocupação das filosofias do ser (*i.e.*, natureza). A ontogênese, então, concentra-se em relacionar a circulação do conhecimento das pessoas, o crescimento

⁹ Gad *et al.* (2015) apontam que algumas expressões da virada ontológica levaram a antropologia a uma intensificação do relativismo e a certas formas de neoessencialismo, derivado da maneira pela qual certos autores apresentam os mundos ontológicos

como fechados, não distinguindo da “cultura” a atribuição de significados parte daquele “grupo cultural”.

de sua consciência e os movimentos dos materiais para entender como a circulação, o crescimento e o movimento, quando sincronizados, desencadeiam novas formas de entendimento (criativo) que geram vida.

Ao introduzir, nesta seção, as ideias de risco, de interfaces de conhecimento, de ontologia e da visão de ontogênese, acreditamos que estamos incentivando um debate que pode ser interessante para buscar responder desafios conceituais e empíricos provocados a partir do campo dos estudos do pós-desenvolvimento e das modernidades. O contra-desenvolvimento como cosmopolítica concerne tanto à epistemologia quanto à ontologia. Da mesma maneira, as interfaces de conhecimento são parte de uma ontologia da orientação ao ator, ainda que não seja possível abandonar seu componente

epistêmico. Dessa forma, ambos podem ser percebidos a partir de sua própria ontogênese, cuja expressão pode estar nas práticas, formas de existência, resistência e na criatividade da ação para a manutenção da vida nos territórios. O paradoxo, que não podemos deixar de anotar, é que a capacidade de entender como emergem diferentes pontes entre as ontologias justamente se deve às ontogêneses. Portanto, isso passa por um resumo epistêmico das posições conceituais apresentadas até aqui.

A provocação dessa aparente contradição nos move à próxima seção, na qual nossa atenção se volta à aproximação (neo)materialista como via de identificação e análise do público e da vida territorial como entidades potenciais da cosmopolítica do contra-desenvolvimento.

4. O COSMOS, O POLÍTICO E O PÚBLICO: A VITALIDADE DOS TERRITÓRIOS

Uma aproximação (neo) materialista está orientada a manter ativa a multiplicidade da vida em territórios diversos. Essa orientação assume que as interações materiais multiplicam a “vida territorial”, que é entidade multiforme, fluida e viscosa (UMANS e ARCE, 2014). Essas propriedades da vitalidade da matéria (BERGSON, 2002; COOLE e FROST, 2010; BENNETT, 2010) têm permitido

nossa existência biológica e têm transformado as relações e interações entre humanos e não humanos em uma preocupação política contemporânea – que se inicia nos anos 1970, com o trabalho de Foucault sobre o nascimento da biopolítica (FOUCAULT, 1978; ROSE, 2006; BRAUN, 2007).

Em outras palavras, a adoção de uma orientação pela multiplicidade da vida

territorial assume a urgência de reconhecer e atuar sobre os processos de deterioração socioambiental (BECK, 2001; STENGERS, 2015; DEBAISE *et al.*, 2015) e de desigualdades econômicas globais (BECK, 2002; PELLOW *et al.*, 2013; MORA-ALFARO, 2013; GÖBEL *et al.*, 2014). É nessa situação singular-genérica (UMANS e ARCE, 2014; MASSUMI, 2015) que conceitualmente se localiza o contra-desenvolvimento como orientação cosmopolítica. Sustentamos, então, que a reflexão-ação crítica, no que se refere a esses processos situada e globalmente problemáticos, faz surgir a relevância sociopolítica da defesa das formas de existência e da vida dos territórios. Isso representa deter, resistir e buscar outros cursos de ação com relação aos regimes de desenvolvimento e modernização, entendidos como uma forma de governança do neoliberalismo global e da administração dos Estados nacionais sobre os territórios existenciais.

Parafraseando a proposta de Isabelle Stengers (2005; 2011), a orientação da ação social contemporânea deve “desacelerar” (*slow down*) a ciência (SARTORI, 2018; STENGERS, 2018). Adicionamos que diminuir o ritmo tanto das modernizações desenvolvimentistas não sustentáveis

quanto do déficit democrático da atualidade passa por uma ampliação das ideias de *político* e de *público*. É nessa direção que os cursos de ação devem incluir a interação entre humanos e não humanos. Aqui, é possível sugerir que parte do desafio analítico que nós nos colocamos é como ir conceitual e empiricamente além da agenda de um multiculturalismo inclusivo, generalizado apenas pela universalização de direitos. Nessa direção, é importante destacar os chamados a descolonizar a ecologia política (ver SCHULZ, 2017) – é a partir disso que propomos retomar a discussão e a potencialidade do conceito de contra-desenvolvimento (ARCE e LONG, 2000).

Nesse sentido, o contra-desenvolvimento, tal qual a proposta de debate busca circunscrever, está longe de se referir a uma espécie de efeito do desenvolvimento e da modernização institucional, ou mesmo a um discurso alternativo ao aparente inexorável destino homogeneamente globalizante e ocidentalmente imposto. Ele, fundamentalmente, inclui uma nova valoração do caráter público das existências que, por certo, não se limitam àquelas da humanidade (ver HARAWAY, 2016)¹⁰, uma vez que incorporam uma nova

¹⁰ Uma boa parte da literatura considerou que o foco da etnografia multiespécie estaria nas relações entre múltiplos organismos (plantas, vírus, humanos e

animais não humanos), com particular ênfase na compreensão do humano como emergente dessas relações, daí a ideia de “devir” (*becoming*). No

socialidade, da qual fazem parte as agências materiais constituídas heterogênea e vitalmente em assemblagens. Essas assemblagens não se apresentam como uma negação da modernidade, senão como expressões de sua própria multiplicidade. Isso implica reconhecer todas aquelas intervenções e entidades que transbordam os imaginários modernos (ARCE e LONG, 2000) e as que compõem uma nova era denominada antropoceno (LORIMER, 2015), cuja existência dificilmente se pode identificar por um perspectivismo multiculturalista ou multinaturalista. Como Braidotti (2015) nos recorda, esse ecletismo do (neo)materialismo tende a dissolver as fronteiras entre o natural e o cultural, a mente e o corpo, e nós agregamos, entre a modernidade e o antropoceno, ou entre a ontologia política, a cosmopolítica e a ontopolítica.

Em nossa posição, responder ao desafio analítico contemporâneo significa, primeiro, aceitar a transversalização de conhecimentos nas ciências e a geração de novas metodologias sociomateriais

entanto, a etnografia multiespécie pode ser entendida como a pesquisa e escrita etnográfica sintonizada com a emergência da vida por dentro de assemblagens inconstantes de entes ativos, que tanto podem ser entidades biofísicas como formas mágicas que dão vida aos objetos inanimados. Essa abordagem mais ampla, que estende a compreensão da etnografia multiespécie para além do foco nos *organismos*, deriva da preocupação em superar perspectivas reificadoras que consideram a vida como confinada nos corpos. Essa superação envolve

flexíveis e abertas, como uma contribuição diferente às existentes ontologias reais e/ou construcionistas (FOX e ALLDRED, 2015), e isso nos obriga a ir além da objetividade puramente epistemológica. Segundo, nos leva à tentativa de desenvolver a capacidade de romper e dissolver as barreiras que delimitam os “cosmos ontológicos” totalizantes, o que implica superar noções essencialistas de ontologia, contudo, sem deixar de reconhecer com justiça a relevância dos mundos dos atores locais. Terceiro, reconhecer (a condição reflexiva) que a política – ou os cursos de ação – não é/são um atributo exclusivo do mundo dos políticos. Lembremos que a ciência tampouco é um universo exclusivo dos cientistas ou *experts*.

Na nossa proposta, um conhecimento transversal (VAN DER TUIM e DOLPHIJN, 2010) gera a capacidade de transgredir limites ontológicos; nesse sentido, é a condição reflexiva contemporânea que permite que nos interroguemos: é a realidade cotidiana

vários esforços relacionados à filosofia e à teoria social, especialmente aquelas que buscam reconsiderar a natureza e a sociedade (ontologias orientadas aos objetos, geografias híbridas, ecologia política pós-estruturalista, etc.). Além disso, desafia a descentralização do humano na ética e na teoria (pós-humanismo), investiga a ciência e a tecnologia, assim como experimenta com epistemologias alternativas (teorias dos afetos e a não representacional) (ver Ogden, Hall e Tanita, 2013).

uma organização hierárquica de seres e entidades que normativamente exercitam a discriminação racial, de gênero, de conhecimento e de participação no que aparece como o fenômeno *natural* do poder hegemônico? É possível questionar o desenvolvimento e os processos da modernização exclusivamente a partir da perspectiva do que se considera epistemologicamente o humano e a humanidade? Qual é a alteridade radical do “descobrimento ocidental” da potencialidade dos conceitos e categorias nativas? Aceitar a importância do não humano nos leva a questionar as assimetrias de poder e uma reconsideração do político de uma forma diferente?

Aceitando-se, então, que as *realidades* são criadas, vividas e transformadas situadamente, podemos passar a perceber que elas não aparecem como objetividades epistemológicas, mas como potencialidades intersubjetivas emergentes, sendo justamente o que se propõe ao abordar uma perspectiva de contra-desenvolvimento. Tais potencialidades são intersubjetivas justamente porque geram mudanças, não apenas na forma de decisões racionais – objetivas –, baseadas exclusivamente em informação científica, econômica ou de adaptação tecnológica. A instrumentalização da ciência, da economia e da tecnologia tem sido o motor que

supostamente *racionaliza* a orientação da ação social dos atores. Contrariamente a essa racionalização universal da orientação dos atores sociais, as potencialidades intersubjetivas podem ser atribuídas aos afetos dos atores e/ou à intensidade da interação entre humanos e não humanos.

Essa orientação anima o conhecimento e a ação social em territórios existentes, e isso permite reposicionar a ideia de agência para além das estruturas (GIDDENS, 1991) – que, na realidade, são processos – e da dualidade natureza e cultura (ver CASTREE e BRAUN, 2001; GROSS, 2003; LATOUR, 2004; DESCOLA, 2013;), mas também da dicotomia racionalidade *versus* subjetividade. Esse reposicionamento da agência nos leva a prestar atenção às relações materiais que constituem assemblagens territoriais, movendo o foco de estudo para a sua constituição e para como elas afetam e são afetadas pela orientação ativa dos atores de um território. Essa perspectiva vai além do estrutural, do superestrutural e dos imperativos culturais, ou seja, da ideia de forças macrodeterminantes e sistêmicas dadas como responsáveis por dar forma ao *social*. A interação do objetivo e do subjetivo (KRARUP e BLOK, 2011) é a faísca que gera a orientação ativa dos atores, na qual o biológico e o mundo do natural, do artificial, do tradicional, do cultural e do

político nos faz assumir que as relações materiais se expressam no que se vem denominando ontopolítica (ver MASSUMI, 2015).

Essas são relações múltiplas, abertas, complexas, desiguais e intersubjetivas, das quais constantemente emergem fluxos viscosos que permitem que a realidade seja assumida como uma situação imanente, que se desenrola de uma forma imprevisível ao redor de ações e eventos (ver UMANS, 2016). É tal a imprevisibilidade dessa realidade das relações que ela não possui outro *status* ontológico senão o de gerar relações vitais, contingentes e efêmeras para a manutenção da vida territorial (DELEUZE, 1988; DELEUZE e GUATTARI, 1988, GUATTARI, 2012).

Aqui é onde a ontopolítica adquire uma modalidade singular, como conjunto de relações e afetos que surgem a partir dos efeitos e influências globalizantes do mundo contemporâneo. No entanto, cumpre chamar a atenção que o ontopolítico não deve ser confundido com princípios de uma ontologia clássica, que analisa diferentes seres e entidades como bem delineadas,

estabelecendo certas características e fronteiras como imutáveis (ver o debate entre Graeber e Viveiros de Castro) (VIVEIROS de CASTRO, 2015; GRAEBER, 2015); ao contrário, refere-se às propriedades criativas da *ontogênese*, para as quais os estudos aqui apresentados chamam a atenção, mostrando-se muito mais como produto de relações seres-entidades que não (con)formam universos fechados, como reivindicado pelos discursos ontologicamente essencialistas.

À diferença dessa ontologia das dispersões homogêneas, uma proposta de ontopolítica é uma perspectiva analítica que nos aproxima ao estudo e análise de *eventos* que assemblam o singular e o genérico em processos que potencialmente podem transformar um território, o que foi chamado de uma sociologia das mutações¹¹. Em outras palavras, cada evento (o que organiza cada caso de estudo) atualiza os efeitos que condicionam a existência do caso em questão, mas, também, amplifica as influências da globalização que ressonam em diversas localidades como algo singular. A exterioridade do local e a interioridade do

¹¹ Nestes termos, as formas mutantes, ao contrário das formas híbridas – resultado do cruzamento de duas outras formas (ancestrais) –, são resultantes de transformações que nunca são totalmente controláveis e que podem ou não ser provocadas por intervenções externas, embora rearranjos situados tenham precedência sobre externalidades – o genérico. Naquele momento, Arce e Long (2000)

propunham que um “imaginário mutante” ajuda a desenvolver uma etnografia das múltiplas modernidades, simultaneamente escapando da “praga dos dualismos” e pavimentando a possibilidade de dar visibilidade às “contratendências”.

global nos leva a uma apreciação do singular-genérico nos casos de estudo.

Entre as contribuições que compõem esta seção especial, podemos identificar uma diversidade de singularidades emergentes dos efeitos das influências genéricas do desenvolvimento e da globalização. O artigo liderado por Gustavo Meyer começa por uma redefinição política emergente do artesanato territorial no noroeste de Minas Gerais. A utilização de uma ideia de *tradicional* é mobilizada para legitimar a reorganização da vida social ao redor da valorização que o mercado entrega ao artesanato, no caso, justificada regionalmente pelo discurso de uma *economia criativa*. Por outro lado, as evidências empíricas revelam uma “mistura viscosa” (com inspiração em Umans e Arce), na qual “mulheres da roça” – artesãs pela prática e identidade – participam de associações heterogêneas, das quais fazem parte entidades e valores ligados a mudanças de ordem global (urbanização, migração, imperativos burocrático-mercadoriológicos, etc.), mas, também, palmeiras de buriti, suas fibras, tecidos, bordados e toda uma diversidade *artístico-cultural* materializada. Essa orientação desconstrói e relaciona conceitualmente uma aproximação metodológica à realidade de pós-desenvolvimento ou contra-desenvolvimento, enfocando a formação de

identidades e de afetos na emergência de novas alianças políticas, que se estendem para além dos atores sociais e da intervenção das políticas públicas na recuperação de espaços vitais e na articulação de existências, de resistências e de novas materialidades. É aqui que o artigo contribui com uma análise conceitual no campo dos estudos pós-desenvolvimento. Essa contribuição é inovadora e nos leva a repensar o intersubjetivo dentro da orientação política neoliberal para os territórios e a criação de valor econômico, o que conflita com outros valores que fazem parte da existência dos atores e de suas práticas situadas. Essa abordagem empírica e conceitual é propícia para compreender e refletir criticamente sobre as intervenções dos agentes humanos e como elas são moldadas por valores e pelo mundo da vida constituído por uma multiplicidade de agenciamentos e afetos.

Na segunda contribuição, a autora Jaqueline Dias nos apresenta como se debate entre a objetivização da narrativa visual e modos de existência singulares, expressos na vitalidade do território Kalunga no noroeste do estado de Goiás. As imagens de Jaqueline capturam os afetos de uma forma objetiva com a ótica do humano (a câmera fotográfica), mas sem deixar de lado o diálogo intersubjetivo entre a pesquisadora, os atores, a câmera e os leitores do trabalho etnográfico. Essa

prática científica nos indica uma visão do ontopolítico – como uma prática – que incorpora corpos diversos e diferentes à vitalidade que gera a demanda mercadológica pelo óleo de indaiá (babaçu) como entidade pública e de alcance global. A autora demonstra um esforço de objetivar nas fotografias – sem perder uma orientação estética (influenciada pelas ideias de Rancière) – como a intersubjetividade emerge da relação entre a mulher Kalunga, seu território e a pesquisadora. Há uma busca por rupturas paradigmáticas que assembla o relacional entre os constituintes da vida, do território e do agenciamento de entes humanos e não humanos. Observar, objetivar e sentir, certamente, pode contribuir para popularizar modos de existência territorializados, mas sem qualquer intenção de fornecer uma definição racional e científica para modos de vida ontologicamente diversos. A contribuição deste artigo, justamente, vem da proposta de mudança no modo de observação, e de objetivação, sem perder de vista as relações com os afetos, que são a ponte que relaciona os valores e o significado que corresponde ao conhecimento e as exigências das mulheres em sua situação concreta de existência nesse ambiente, que não deixa de incorporar práticas produtivas e a construção de mercados. Em outras palavras, neste texto, temos uma ilustração de como analisar e

apresentar o que podemos chamar de cosmopolítica do contra-desenvolvimento.

O artigo de Oscar Reyna contribui com narrativas e cursos de ação específicos no que se refere a encontros ontologicamente situados nas terras Wiricuta, no norte do México. Contrário a cursos desenvolvimentistas que, muitas vezes, parecem aceitar as representações do regime econômico, político e cultural dominante, o artigo traz elementos que sugerem que há emaranhados de humanos e não humanos capazes de tornar porosas as fronteiras que delimitam certos mundos de vida. Está em evidência, neste estudo de caso, as práticas do consumo de *peyote* por parte de indígenas e “novos” atores (não indígenas), todos engajados na luta pela defesa do território ameaçado pelas atividades mineradoras de companhias transnacionais ali instaladas. As intersubjetividades que emergem desse “consumo compartilhado” abrem a possibilidade da reafirmação da vida, surgida de interações antes impensadas. A etnografia revela elementos e situações imprevisíveis que reorganizam forças territoriais de modo a constituir uma base de defesa da e na região, a qual parece emergir justamente da natureza diversa dos atores, que anteriormente não reconheciam suas próprias potencialidades de conexão. Tal diversidade ora se expressa no estabelecimento de alianças ou

negociações, ora na mútua obtenção de diferentes tipos de conhecimento, provocando *mutações* com respeito à vida social e ao surgimento de atores sociais sem identidade definida. O autor sustenta que o rechaço à mineração é compartilhado por atores pertencentes a realidades ontológicas diferentes, condição que não impede a mobilização política das práticas cotidianas – ou cosmopolíticas –, que acabam por impulsionar “transbordamentos constantes da realidade”, introduzindo, por exemplo, a possibilidade de interações com o “mundo mais que humano”, cujo efeito é a subversão de seus mundos da vida, gerando modificações subjetivas nas experiências compartilhadas entre *Huicholes* e *Wixaritaris*, e objetivas, em termos de diminuir a velocidade e a força destrutiva da operação mineradora no território.

No quarto artigo, Adriana Paredes Peñafiel, Consuelo Plasencia Alvarado e Franciele Schmalfluss partem de uma pesquisa que tem como aspecto-chave a produção de conhecimento sobre as águas através da experiência vivida por *pobladores* de El Tambo, norte andino do Peru. A narrativa demonstra que os movimentos produtores de conhecimentos (seguindo Ingold) são provocados por preocupações com os corpos, que se estendem ao território (ou se confundem com ele). Desse modo, a morte do corpo é a morte do território, e vice-versa. As práticas

evidenciadas têm a centralidade no *alimentar* e potencializam o que as autoras vão chamar de “desenhos ontológicos, autônomos e políticos”. Esses traços sobre o território são guiados pela refutação, por parte dos camponeses, da dominação, do controle e da manipulação de suas terras e de suas águas pela atividade mineira, cujas operações em um passado recente provocaram a instauração de uma vigilância constante sobre a água, o que acaba por provocar certas indagações, como: por que fontes de água começam a desaparecer? Por que a chuva não é mais a mesma? A leitura deste artigo vai, então, desenrolando alguns fios, no passo de como os camponeses seguem os sinais dos elementos que produzem a vida no território (água, terra, alimentos e outros). Sem perder de vista as múltiplas ontologias envolvidas, o trabalho atualiza e situa a problemática da mudança climática ao revelar os camponeses *cajamarqueños* suas moralidades e seus pactos com a contemporaneidade. É assim que, merecem a atenção do leitor, os *movimentos* de sincronia entre pessoas e coisas – como dá ênfase o texto –, na medida em que apontam para potenciais reconfigurações vitais e políticas no território.

As sementes crioulas como fenômeno territorializador, na região de Sobral no Ceará, dão visibilidade a agricultores, suas práticas e afetos no quinto

artigo desta seção. Helena Lopes e Claudia Schmitt proporcionam outra significativa ilustração de processos identificados com o contra-desenvolvimento, na medida em que ligam o singular (a vida das sementes e das pessoas no semiárido nordestino) com o genérico (a globalização e homogeneização genética dos cultivos agrícolas modernizados) dentro do esforço de não reduzir o social ao micro e ao macro. Este artigo é talvez o que melhor mostra a agência e o social como uma propriedade que está além do que é entendido como humano. As sementes, segundo as autoras, estão saturadas das memórias que registram a existência de solidariedade entre os camponeses em tempos difíceis. Nesse sentido, pode-se argumentar que o social está encapsulado na vitalidade das sementes e que sua defesa faz parte do processo de existência territorial, em um contexto no qual os afetos são transformados em elementos políticos que impulsionam a organização e a interação dos atores de um território. É interessante, aqui, perguntarmos-nos em que medida essa experiência pode ser enquadrada como o resultado da existência da forma econômica da família camponesa ou ampliar a interpretação para uma noção de existência de modos de vida territoriais mais complexas e imprevisíveis.

A relação entre humanos e não humanos nos leva a questionar a família

camponesa como única unidade de análise para capturar a *realidade* e a ontopolítica dos atores territoriais que veem na semente a continuidade de sua existência territorial, no caso, por meio da materialidade das casas de sementes. Essa interação entre sementes, colheitas, histórias e memórias pessoais faz desaparecer as tradicionais divisões entre objetos e coisas inanimadas e o mundo dos humanos. Com isso, demonstram como a Rede de Intercâmbio de Sementes acaba por incorporar e transformar situadamente a problemática da perda de autonomia sobre a produção de alimentos e, mais do que isso, trazem elementos empíricos que permitem a observação de novas alianças que politizam existências no território. Mobilizando uma ideia de *coletividade* – construída pela miríade de práticas que envolvem o plantar, colher, armazenar e intercambiar sementes –, as autoras instigam o leitor a perceber agenciamentos múltiplos e processos interontológicos emergentes. Afinal, é nas “terras de patrões” que a aliança política com as sementes crioulas faz brotar (além da objetividade das colheitas em si) valores como liberdade, autonomia e independência, que, por sua vez, estabelecem “formas de estar vivo”.

O encontro entre pesquisadores das ciências biológicas e indígenas no norte-amazônico brasileiro empresta elementos cosmopolíticos interessantes ao sexto artigo

desta seção. Felipe Vargas, imerso na preocupação da relação entre biodiversidade e sociedade – expressa numa possível crise de extinção –, propõe-se a “especular” o que pode emergir de dita relação quando ela se manifesta desde uma zona de *entre-saberes*, mas não só; aí, também, está o tempo. Ou seja, se, por um lado, a pressa em evitar a *extinção* leva a ciência a impor seu ritmo, tão rápido quanto a vida moderna foi capaz de imprimir, as narrativas que o artigo proporciona vão mostrar outro tempo, o da vida no interior da floresta. Esse agenciamento-mata aparece, então, como potente para uma possível desaceleração da ciência (no

sentido de Stengers). As evidências etnográficas que o leitor vai encontrar mostram que distintos corpos e habilidades – adquiridas pelas próprias práticas compartilhadas entre cientistas e conhecedores das árvores – entregam uma dimensão política ao cosmos em questão. Ao fazê-lo, abre-se a possibilidade de suspeitar de como os problemas (e, portanto, soluções) são formulados, inscrevendo a incerteza da extinção (e, talvez, do próprio desenvolvimento) em uma multiplicidade de mundos, às vezes, divergentes e, por isso mesmo, capazes de favorecer (re)orientações políticas à vida mesma.

5. ENCARANDO O DESAFIO, EXPERIMENTANDO NOVOS CAMINHOS

Os trabalhos nos apresentam uma “floresta” de práticas de existência e resistência que inventam e reinventam as possibilidades, as potencialidades da vida ou as transformações territoriais. Nesses processos, os cursos de ação são *corporativos* e performativos, com o fator criativo deslocando o racional, o ideológico e o estratégico. É no território que se assemblam as entidades que conformam o mundo das práticas, sendo justamente aí onde se identificam concertações entre as diferenças de condicionalidade, que dissolvem ou desconstroem o que chamamos de *absoluto*, *universal* e

totalitário. É, também, onde a criatividade substitui a razão interna da história pelos afetos, que dão forma – a estética – à materialidade da contingência do território existente e do que são seus atores. Em outras palavras, se a matéria é vibrante, e isso é particularmente relevante para a vitalidade dos territórios, também vibra a mobilização política que dele se desprende, gerando potencialidades para a reorganização social.

De certa forma, a opção mais importante do contra-desenvolvimento é seguir o fluxo (*flow*), de modo a influenciar uma dinâmica que retire os atores dos

processos de modernização, cientificização, populismo e antropocentrismo – o antropoceno –, conduzindo, ainda que sem previsibilidade, a um espectro vital que possa ultrapassar, por exemplo, fronteiras linguísticas ou idiomáticas¹². Em outras palavras, o problema central da ontopolítica não está em estabelecer formas de representação, explicação ou influência sobre a ordem social, mas em evidenciar os atores (humanos e não humanos), grupos, coletividades, indivíduos, instituições, intelectuais, movimentos sociais, montanhas, espíritos, algoritmos, entre outros, que atuam produzindo e construindo constantes devires, a potencialidade do que temos chamado – para bem ou para mal – de público. Ressalve-se que o público não se deve entender como uma propriedade dos Estados nacionais ou como um campo exclusivo das políticas públicas e da economia do constante crescimento, mesmo quando esta tenta superar a exploração desenfreada de recursos, estabelecendo parâmetros limitantes – o sustentável.

¹² Estas bem representadas nos múltiplos idiomas “coloniais” – francês, inglês, espanhol, português, holandês, alemão, chinês – e outras linguagens, dialetos vivos ou mortos, como, por exemplo, o latim (de alta ou baixa sociedade, que operou até que se estabeleceu a idade média na Europa). Hoje, na Inglaterra, mantém-se a diferença do inglês com raiz latina – a ciência faz uso intelectual dessa raiz. O “povo” costuma usar a chamada “raiz saxã”, que, em outros tempos, foi chamada de raiz bárbara e cuja fronteira geográfica estava no limite estabelecido pelo rio Reno, no que hoje conhecemos como a

O público também permite postular que as entidades que compõem a vida territorial, e que têm nelas a intersubjetividade incorporada, não podem ser designadas como recursos; ou seja, não nos permite categorizar o humano e o não humano como um recurso a explorar para melhorar a qualidade de vida econômica de uma suposta coletividade – o progresso. Nesse sentido, a divisão do que se considera como o moderno e desenvolvido perde significado, bem como perseguir a convergência entre os espaços desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Essa convergência, que encarna a mistificação da política internacional e pública do período pós-colonial, contrapõe-se radicalmente à potencialidade de existir territorialmente de uma forma diferente ou de que a existência assuma formas diferentes, contudo, não isolada da ontologia da globalização e do bem-estar da indústria, da manufatura e da capitalização – principalmente financeira – em última análise, da vida contemporânea¹³.

Europa Continental. A raiz da linguagem colonialista contemporânea e seus sotaques são parte dos afetos que levam os atores a buscar mais individualidade ou coletividade dentro da trajetória desses mundos semânticos característicos da *alta cultura* ou da *cultura popular*.

¹³ Neste sentido, pode-se acionar o estudo de Foucault sobre o neoliberalismo, que, por um lado, nos leva à materialização da vida social e à existência do biopolítico como uma espécie de fundamento “ultra-moderno” que administra a pluralidade e que

É aqui onde acreditamos que se situam os novos desafios empíricos e conceituais e que os estudos territoriais adquirem relevância em suas múltiplas relações, como, por exemplo, a relação do chamado rural e urbano. Assim, tal como transcorreu durante o workshop que dá origem a esta coleção de trabalhos, o ponto de partida para o debate é a contraposição de ideias, tanto com relação ao desenvolvimentismo esgotado como aos efeitos homogeneizantes e excludentes de uma modernidade universal. Ao explorar os artigos, as leitoras e os leitores poderão perceber que autoras e autores aceitaram o desafio de explorar um conjunto de ideias que pudessem apontar novos cursos reflexivos que nos levam para além da esfera do pós-desenvolvimento, sem, contudo, deixar de reconhecer a importância da crítica que propõem.

São interessantes os esforços em superar o foco discursivo, dirigindo os estudos e análises para uma melhor visibilidade de relações específicas – afetos, intersubjetividades, inter-objetividades – importantes para uma perspectiva de contra-desenvolvimento aberta à vida social. Nos estudos, há uma disposição clara

permite a construção de uma noção aparente de progresso, lançando mão do discurso do “politicamente correto” da previsão do risco e do controle dos conflitos socioambientais. Por outro lado, ele reforça a importância da atenção a ser dada à cosmopolítica, porque ela nos permite uma aproximação à “vida territorial” e ao afetivo, que

de falar dos objetos, corpos e territórios não como uma expressão simbólica das relações sociais, mas como experiências significativas, vibrantes e, por vezes, dolorosas, uma vez que a vida social também emerge das relações com outras formas de vida, como o corporativismo do capital e dos Estados.

É assim que um território afetivo de artesanato tradicional; o corpo de mulheres quebrando côco para extrair óleo; as intersubjetividades emergentes de conexões entre *peyote*, atores distintos e o risco imposto pela mineração; a alimentação dos territórios correndo pelas veias de águas que fluem por entre montanhas; as sementes crioulas plenas de memórias camponesas; ou as amostras de lenho carregadas de informação extraídas do meio da floresta amazônica podem ser considerados quase-objetos, inter-sujeitos ou territórios corporais que empiricamente re-situam o público para além das modernas dicotomias ocidentais, abraçando a possibilidade de se falar em propriedades ontogênicas da ontopolítica.

As aproximações das autoras e dos autores a fenômenos que constituem produção de vida social levam-nos a

passam a ser abordados a partir de suas dimensões espaciais, do conhecimento e da orientação dos atores. Em outras palavras, a biopolítica nos apresenta a vida como um fenômeno territorial ambíguo, paradoxal e contraditório.

arriscar, aqui, a identificar tais transformações territoriais como parte de *políticas da vida*, na medida em que vão explicitando como atores sociais e materialidades geram certos *refúgios* para a vida mesma. Em outras palavras, as materialidades presentes nos territórios não são meramente recursos explorados por diferentes mercados capitalistas sob a regulação de um estado burocrático e a mediação da tecnologia, o que significa dizer que o material é político ou que são políticas as alianças que os atores são capazes de estabelecer com os entes do mundo ao seu redor.

Abrem-se, então, possibilidades teórico-metodológicas – flexíveis – que permitem trazer à tona valores e propriedades emergentes de assemblagens territoriais, nas quais totalidades parciais de situações específicas permitem identificar elementos empíricos e conceituais para (re)formular direções teórico-práticas no que se refere à vida social nas localidades. A orientação pela delimitação do público, como um campo de forças etnográfico do ontopolítico, favorece a observação¹⁴ e, primeiro, significa facilitar a descrição e a análise das experiências que nos permitem

entender agenciamentos emergentes da interação com e entre os materiais (a agência como resultado das interações entre atores) e como eles dão forma a diversas práticas e conhecimentos, reiterando uma abertura analítica para além do discurso e da construção discursiva. Segundo, trata-se de identificar e analisar os espaços onde os atores – humanos e não humanos – interagem e se relacionam, o cosmos. Terceiro, estabelece-se um compromisso com a descrição e análise das práticas do relacionar-se, os movimentos de conhecimento e consciência, ou seja, como as entidades existentes reconstroem e revitalizam constantemente o território – o político. Isso nos permite entender o público como uma assemblagem de cosmos-mundos vitais e de nossa política de engajamento com diversos grupos territoriais e suas materialidades, seus agenciamentos, suas performances e suas ideias de justiça social, conhecimento e considerações ambientais.

É aqui que podemos propor que estamos no limiar de um *ontodesenvolvimento*, que emerge da crítica dos estudos do pós-desenvolvimento e das contribuições empírico-conceituais da

¹⁴ Tal como se propõe, a ontopolítica é entendida como a dinâmica política de um território que constantemente está emergindo – complexo, contingente, afetivo, viscoso, radical, íntimo, pragmático, ativo, vibrante, entre outros elementos. Esse é o espaço onde o contra-desenvolvimento se

aproxima ao moderno, à ciência, ao antropoceno, ao conhecimento local e situado, à imaginação e a variadas formas políticas de democracia e resistência ao autoritarismo.

análise do contra-desenvolvimento, mas também da preocupação política com relação à vulnerabilidade da vida nos territórios e dos desafios que a era do antropoceno nos coloca, considerados os vários mundos de existência, caracterizados pelo déficit de democracia, o público, a circulação e o surgimento de cada vez mais riscos, resultantes da insidiosa falta de justiça social e ambiental.

Ontodesenvolvimento seria, então, um modo de mudança que reúne processos singulares ou genéricos que, potencialmente, podem transformar um território, gerando viscosidades e mutações específicas a partir da incorporação de atores localizados em redes globais existentes ou antecipando o controle político-econômico das materialidades que compõem um território. É aí que os atores, humanos e não humanos, reconhecem-se não por sua relação com o Estado nacional, mas pelas ontologias territoriais, que existem e são constantemente refeitas pelas práticas de existência e resistência.

Desse modo, ontodesenvolvimento sugere que se deve estudar criticamente a emergência tecnocrática que reduz a vida dos territórios a uma extensão da tecnologia da informação (TI) e/ou à recomposição genética da vida biológica. A motivação econômica, como das atividades extrativistas, gera problemas de segurança para a vida territorial. Isso leva a ignorar e

negar formas de conhecimento e práticas territoriais cuja revalorização é fundamental como parte de uma política da vida que carregue o potencial da continuidade ontogenética dos territórios mesmos. Todavia, uma proposta como esta não deve deixar de considerar o surgimento e o efeito dos riscos contemporâneos, o ceticismo nas formas de governamentalidade institucional, as interfaces do conhecimento dos atores e a ontopolítica da mudança social.

Nesta jornada de desafios analíticos, prevalece o caráter experimental da noção de ontodesenvolvimento, que pode ser encarado como uma *criatura* conceitual que emerge de interações espaço-tempo, continuidade-descontinuidade, mutação-metamorfose, cujas interfaces podem gerar multiplicidades de cursos de ação, linhas de fuga, trajetórias de escape ou assemblagem. O certo é que necessita indiscutivelmente de uma melhor caracterização e da territorialização de novos estudos empíricos. É por isso que esperamos que surjam outros espaços de encontro, nos quais se amplie o debate sobre como avançar de maneira crítica no estudo da vida e de sua política nos territórios da existência contemporânea.

6. REFERÊNCIAS

- ARCE, A. Experiencing the Modern World: Individuality, Planning and the State, HEBINCK, P.; VERSCHOOR, G. (eds.) **Resonance and dissonance: Actors, Networks, and Cultural Repertoires**. Assen: Royal Van Gorcum, 2001. P. 103-117
- ARCE, A. Globalization and Food Objects. In: HAAN, H. de; LONG, N. (eds.) **Images and Realities of Rural Life: Perspectives on Rural Transformations**. Assen: Van Gorcum, 1997. P. 178-201
- ARCE, A. Living in Times of Solidarity: Fair Trade and the Fractured Life Worlds of Guatemala Coffee Farmers. **Journal of International Development**, v. 21, n. 7, p. 1031-1041, 2009.
- ARCE, A. Re-Approaching Social Development: A Field of Action Between Social Life and Policy Processes, **Journal of International Development**, v.15, n.7, p. 845-862, 2003b.
- ARCE, A. State Policy Intervention in an era of Civic Participation. In: Long, N.; Jingzhong, Y., Wang, Y. (eds.) **Rural Transformations and Development in Context: The Everyday Lives of Policies and People**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010. P. 279-311
- ARCE, A. Value Contestations in Development Interventions: Community Development and the Sustainable Livelihoods Approach, **Community Development Journal**, v. 38, n. 3, p. 199-212, 2003a.
- ARCE, A., BLANCO, G., M. HURTADO (eds.) **Políticas Públicas como Objeto Social: Imaginando el bien público en el desarrollo rural latinoamericano**. FLACSO Guatemala, Wageningen University, The Netherlands, Universidad Austral de Chile, 2008.
- ARCE, A.; LONG, N. **Anthropology, development, and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence**. London: Routledge, 2000.
- ARCE, A.; LONG, N. Bridging Two Worlds: An Ethnography of Bureaucrat Peasant Relations in Western Mexico. In: HOBART, M. (ed.) **An Anthropological Critique of Development: The Growth of Ignorance**. London: Routledge, 1993.
- ARCE, A.; LONG, N. Forging a New Anthropology of Development: Common Ground and Contention Issues. In: BIERSCHEK, T.; BLUNDO G.; JAFFRE, Y. ; TIDJANI, A. M. (eds.) **La rigueur et l'engagement**. Essais autour de l'œuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan. Paris: Khartala, 2007. P. 101-127.
- ARCE, A.; LONG, N. The Dynamics of Knowledge Interfaces between Bureaucrats and Peasants. In: Long, N.; Long, A. (eds.) **Battlefields of Knowledge: The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development**. London: Routledge, 1992.
- BARBOSA, V. K. **O sofrimento socioambiental dos deslocados internos do desastre de Mariana e a configuração do dano existencial**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2019. (Tese de Doutorado em Qualidade Ambiental)
- BECK, U. **Ecological Politics in an Age of Risk**. Cambridge: Polity Press, 1995.
- BECK, U. Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties. In: Seidman, S.; ALEXANDER, J. C. (eds.) **The New Social Theory Reader**. London. Routledge, 2001. P. 267-275.

- BECK, U. Living in the World Risk Society. **Economy and Society**, v.35, n. 3, p. 329-345, 2006.
- BECK, U. Politics of Risk Society. In: FRANKLIN, J. (ed.) **The Politics of Risk Society**. Cambridge: Polity Press, 1998. P. 9-23
- BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 1986
- BECK, U. The Anthropological Shock: Chernobyl and the Contours of the Risk Society. **Journal of Sociology**, n.32, p. 153-165, 1987.
- BECK, U. The cosmopolitan society and its enemies. **Theory, Culture & Society**, v. 19, n. 1–2, p. 17–44, 2002.
- BECK, U. **The Reinvention of Politics**: Rethinking Modernity in the Global Social Order. Cambridge: Polity Press, 1997.
- BECK, U. The Reinvention of Politics: Towards a Theory of Reflexive. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (eds.) **Reflexive Modernization**: Politics Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order. Cambridge: Polity Press, 1994. P. 1-56
- BECK, U.; CHALMERS, M. Risk Society and the Provident State. In: LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. Risk (eds.) **Environment and Modernity**: Towards a New Ecology. London: Sage, 1996. P. 23- 46
- BECK, U.; LEVY, D. Cosmopolitanized Nations: Re-imagining Collectivity in World Risk Society. **Theory, Culture & Society**, v. 30, n. 2, p. 3-31, 2013.
- BENNETT, J. **Vibrant Matters**: A Political Ecology of Things. Durham: Duke University Press, 2010.
- BERGSON, H. **Key Writings**. London: Continuum, 2002.
- BLANCO; G; ARCE, A.; FISHER, E. Becoming a region, becoming global, becoming imperceptible: Territorialising salmon in Chilean Patagonia. **The Journal of Rural Studies**, v. 42, p. 179-190, 2015.
- BLASER, M. Ontology and indigeneity: on the political ontology of heterogeneous assemblages. **Cultural Geographies**, v. 21, n. 1, p. 49-58, 2012.
- BLASER, M. **Storytelling Globalization from the Chaco and Beyond**. Durham: Duke University Press, 2010.
- BLASER, M.; FEIT, H. A.; Mc RAE, G. **In the way of development: Indigenous peoples, life projects aBnd globalization**. London/New York: Zed Books, 2004.
- BRAIDOTTI, R. **Lo posthumano**. Barcelona: Gedisa, 2015.
- BRAUN, B. Biopolitics and the molecularization of life. **Cultural Geographies**, n. 14, p. 6-28, 2007.
- CAMERON, E.; LEEUW, S. de; DESBIENS, C. Indigeneity and ontology. **Cultural Geographies**, v.21, n.1, p. 19-26, 2014.
- CASTREE, N.; BRAUN, B. (eds.) **Social Nature Theory, Practice, and Politics**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2001.
- COOLE, D.; FROST, S. **New Materialisms**: Ontology, Agency, and Politics. Durham: Duke University Press, 2010.
- CURRAN, D. Beck's creative challenge to class analysis: from the rejection of class to the discovery of risk-class: from the rejection of class to the discovery of risk-class. **Journal of Risk Research**, v.21, n.1, p. 29-40, 2018.
- DEBAISE, D.; JENSEN, P.; MONTEBELLO, M. P.; PRIGNOT, N. STENGERS, I.; WIAME, A. Re instituting Nature: A Latourian Workshop. **Commentary**.

- Environmental Humanities**, v. 6, p. 167-174, 2015.
- DELEUZE, G. **Spinoza: Practical Philosophy**. San Francisco: City Lights, 1988.
- DELEUZE, G., GUATTARI, E. **A Thousand Plateaus: Capitalism and schizophrenia**. London: Athlone Press, 1988.
- DESCOLA, P. **Beyond Nature and Culture**. Trad. Janet Lloyd. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- DEWEY, J. **The Public and Its Problems**. Athens: Swallow Press, 1954 (1927).
- ESCOBAR, A. **Encountering development: The making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ETZIONI, A. **The Active Society: A Theory of Societal and Political Processes**. New York: Collie-Macmillan Limited, 1968.
- FERGUSON, J. **The Anti-politics Machine: "Development," Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho**. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- FOUCAULT, M. Governmentality' (lecture at the Collège de France, 1 February). In: Burchell, G.; Gordon, C.; Miller, P. (eds). **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**, Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1978/1991. P. 87–104.
- FOX, N.; ALLDRED, P. New materialist social inquiry: designs, methods and the research-assemblage. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 18, n.4, p. 399-414, 2015.
- GAD, C., JENSEN, C. B.; WINTHEREIK, B. R. Practical ontology: Worlds in STS and anthropology. **Nature Culture**, n.3, p.67-86, 2015.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. Risk and Responsibility. **The Modern Law Review**, v.62, n.1, p. 1-10, 1999.
- GIDDENS, A. Risk Society: The Context of British Politics. In: FRANKLIN, J. (ed.) **The Politics of Risk Society**. Cambridge: Polity Press, 1998.
- GÖBEL, B.; GÓNGORA-MERA, M.; ULLOA, A. **Desigualdades Socioambientales en América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2014.
- GRAEBER, D. Radical alterity is just another way of saying "reality". A reply to Eduardo Viveiros de Castro. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, v. 5, n. 2, p. 1–41, 2015.
- GROSS, M. **Inventing Nature: Ecological Restoration by Public Experiments**. Lanham: Lexington Books, 2003.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina f. Bittencourt. 21ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- HARAWAY, D. **Staying with the trouble for multispecies environmental justice: Making Kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.
- HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. **Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically**. London/New York: Routledge, 2007.
- INGOLD, T. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v.14, n. 1, p. 1-16, 2017.
- KRARUP, M. T.; BLOK, A. Unfolding the Social: Quasi-Actants, Virtual Theory, and the New Empiricism of Bruno Latour. **The Sociological Review**, v.59, n. 1, p. 42-63, 2011.

- LATOURE, B. **Jamais fomos modernos** – Ensaio de Antropologia Simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1997.
- LATOURE, B. **Politics of nature: how to bring the sciences into democracy.** Trad. Catherine Porter. Cambridge/London: Harvard University Press, 2004.
- LONG, N. **Development Sociology: Actor Perspectives.** London: Routledge, 2001.
- LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of Knowledge: The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development.** London: Routledge, 1992.
- LORIMER, J. **Wildlife in the Anthropocene: Conservation after Nature.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.
- MARRES, N. Issues spark a public into being. A key but often forgotten point of the Lippmann-Dewey debate. In: LATOURE, B.; WEIBEL, P. (eds.) **Making Things Public.** Cambridge: MIT Press, 2005. P. 208--217
- MASSUMI, B. **Ontopower: War, Powers, and the State of Perception.** Durham: Duke University Press, 2015.
- MORA-ALFARO, J. **Desarrollo rural y ciudadanía social: Territorios, instituciones y actores locales.** Quito: FLACSO, 2013.
- OGDEN, L. A.; HALL, B.; TANITA, K. Animals, Plants, People, and Things. A Review of Multispecies Ethnography. **Environment and Society: Advances in Research**, n.4, p. 5–24, 2013.
- PACHECO, T. Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour. **Development in Practice**, v. 18, n.6, 2008. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/textos-e-artigostania-pachecoinequality-environmental-injustice-and-racism-in-brazil-beyond-the-question-of-colour> Acesso em: 17 maio, 2019.
- PELLOW, D. N.; WEINBERG, A.; SCHNAIBERG, A. The Environmental Justice Movement: Equitable Allocation of the Costs and Benefits of Environmental Management, 2013. Disponível em: <https://www.ipr.northwestern.edu/publications/papers/urban-policy-and-community-development/docs/schnaiberg/environmental-justice.pdf> Acesso em: 3 maio, 2019.
- RAMOS, A. The politics of perspectivism. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, p. 481–94, 2012.
- ROSE, N. **The politics of Life Itself. Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century.** Princeton: Princeton & Oxford, 2006.
- SARTORI, L. Outra Ciência? Conhecimento experimentos coletivos e avaliações. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.13, n. 13, p. 721-724, 2018.
- SCHATZKI, T. R. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change.** Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.
- SCHULZ, K. Decolonizing political ecology: ontology, technology and 'critical' enchantment. **Journal of Political Ecology**, v.24, p.125-143, 2017.
- SERNA, D. R.; DEL CAIRO, C. Los debates del giro ontológico en torno al naturalismo moderno. **Revista de Estudios Sociales**, n.55, p. 193-204, 2016.
- SIMONDON, G. **Du mode d'existence des objets techniques.** Paris: Aubier, 1989 (1958/1968).
- SIMONETTI, C.; ESPÍRITO SANTO, D. Entrevista a Tim Ingold. **Chungara**,

Revista de Antropología Chilena, v. 48, n. 4, p. 487-502, 2016.

STENGERS, I. **Another Science is Possible: A Manifesto for Slow Science**. Cambridge: Polity Press, 2018.

STENGERS, I. **Catastrophic Times: Resisting the coming Barbarism**. London: Open Humanities Press/Meson Press, 2015.

STENGERS, I. **Cosmopolitics II**. Mineapolis: University of Minnesota, 2011.

STENGERS, I. Introductory notes on an Ecology of Practices. **Cultural Studies Review**, v. 11, n. 1, p. 183-196, 2005.

UMANS, L. **On the Edge of Fluity: International Cooperation in Turbulent Time**. Wageningen: Wageningen University, 2016. (PhD Thesis)

UMANS, L.; ARCE, A. Fixing rural development cooperation? Not in

situations involving blurring and fluidity. **Journal of Rural Studies**, n.34, p.337-344, 2014.

VAN DER TUI, I.; DOLPHIJN, R. The transversality of new materialism. **Cultural Review**, n.21, p.153-171, 2010.

VIVEIROS de CASTRO, E. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. **Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v.2, n. 1, Article 1, 2004.

VIVEIROS de CASTRO, E. **Cosmological Perspectivism in Amazonia and Elsewhere**. Chicago: Hau, 2012. (Masterclass Series)

VIVEIROS de CASTRO, E. Who's Afraid of the Ontological Wolf? **The Cambridge Journal of Anthropology**, v. 33, n. 1, p. 2–17, 2015.